



**Demonstrações Financeiras do Conglomerado
Prudencial – 1º Semestre de 2016**

29 de agosto de 2016

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
CIRCULANTE		11.174.478	10.480.158	CIRCULANTE		18.594.098	15.305.837
Disponibilidades	5	20.129	66.863	Depósitos	16.a	11.937.248	9.814.375
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.339.355	1.282.426	Depósitos à vista		46.349	179.453
Aplicações no mercado aberto		1.254.752	1.205.762	Depósitos interfinanceiros		11.609.181	8.315.909
Aplicações em depósitos interfinanceiros		84.603	76.664	Depósitos a prazo		281.718	1.319.013
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	226.249	375.781	Captações no mercado aberto	16.b	2.116.291	266.153
Carteira própria	7.a	155.107	42.940	Carteira própria		1.493.031	135.086
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	14.530	141.903	Carteira de terceiros		535.967	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	16.421	167.897	Carteira livre movimentação		87.293	131.067
Vinculados a prestação de garantias	7.a	40.191	23.041	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	2.720.156	3.504.502
Relações interfinanceiras		46.134	72.152	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.720.156	2.588.428
Pagamentos e recebimentos a liquidar		23.764	8.392	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		-	916.074
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.259	3.034	Relações interfinanceiras		109.343	87.512
Correspondentes no País		20.111	60.726	Correspondentes no País	17	109.343	87.512
Operações de crédito	8	6.993.006	6.922.442	Relações interdependências		10.858	8.797
Operações de crédito - setor privado		7.772.919	7.524.481	Recursos em trânsito de terceiros		10.858	8.797
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(779.913)	(602.039)	Obrigações por empréstimos	18.a	385	102.005
Operações de arrendamento mercantil	8	2.701	13.115	Empréstimos no País		-	101.930
Operações de arrendamento a receber		3.774	16.219	Empréstimos no Exterior		385	75
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(1.073)	(3.104)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	8.065	6.890
Outros créditos		2.167.213	1.440.250	Instrumentos financeiros derivativos		8.065	6.890
Carteira de câmbio	9.a	76.201	359.208	Outras obrigações		1.691.752	1.515.603
Rendas a receber		3.919	258	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.276	17.087
Negociação e intermediação de valores		3.397	5.649	Sociais e estatutárias		2.716	11
Recebíveis imobiliários	10	8.979	40.142	Fiscais e previdenciárias	21.a	30.809	118.834
Títulos e créditos a receber	8 e 11	746.567	722.160	Negociação e intermediação de valores		34.742	79.007
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(41.131)	(46.221)	Dívidas subordinadas	19	99.482	180.009
Diversos	11	1.369.281	359.054	Diversas	21.b	1.508.727	1.120.655
Outros valores e bens		379.691	307.129				
Outros valores e bens	12.a	354.262	225.600				
(Provisão para desvalorização)	12.a	(51.988)	(42.844)				
Despesas antecipadas	12.b	77.417	124.373				

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2016	30/06/2015		Nota explicativa	30/06/2016	30/06/2015
ATIVO				PASSIVO			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		15.270.043	15.019.062	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.035.313	7.236.806
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	51.572	667	Depósitos	16.a	1.652.966	1.947.907
Aplicações em depósitos interfinanceiros		51.572	667	Depósitos interfinanceiros		32.543	110.173
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	2.084.015	1.508.576	Depósitos a prazo		1.620.423	1.837.734
Carteira própria	7.a	146.206	160.849	Captações no mercado aberto	16.b	92.337	985.645
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	1.676.283	633.556	Carteira própria		92.337	559.570
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	159.077	507.880	Carteira de terceiros		-	426.075
Vinculados à prestação de garantias	7.a	102.449	206.291	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.052.904	1.708.909
Operações de crédito	8	9.036.321	9.207.005	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.052.904	1.708.909
Operações de crédito - setor privado		9.386.635	9.508.928	Obrigações por empréstimos	18.a	125.224	62.052
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(350.314)	(301.923)	Empréstimos no Exterior		125.224	62.052
Operações de arrendamento mercantil	8	432	3.505	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	181.261	107.018
Operações de arrendamento a receber		511	4.334	Instrumentos financeiros derivativos		181.261	107.018
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(79)	(829)	Outras obrigações		1.930.621	2.425.275
Outros créditos		3.759.439	3.875.450	Fiscais e previdenciárias	21.a	88.742	18.273
Créditos específicos		886	866	Negociação e intermediação de valores		526	715
Recebíveis imobiliários	10	38.162	49.873	Dívidas subordinadas	19	1.632.334	1.695.521
Títulos e créditos a receber	8 e 11	75.363	57.732	Diversas	21.b	209.019	710.766
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(23.434)	(32.204)				
Diversos	11	3.668.462	3.799.183	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.027	1.808
Outros valores e bens		338.264	423.859	Resultados de exercícios futuros		1.027	1.808
Despesas antecipadas	12.b	338.264	423.859				
				PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		17	19
				Participação de acionistas minoritários		17	19
PERMANENTE		607.839	606.156				
Investimentos		375.553	360.428	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.421.905	3.560.906
Participações em controladas	13.a	359.722	356.957	Capital social:	22.a	3.460.732	3.460.732
Outros investimentos	13.b	15.831	3.471	De domiciliados no País		3.004.651	3.132.036
Imobilizado de uso	14.a	28.042	31.808	De domiciliados no Exterior		456.081	328.696
Outras imobilizações de uso		52.816	50.134	Reserva de capital		195.208	195.208
(Depreciações acumuladas)		(24.774)	(18.326)	Reserva de lucros		7.719	2.819
Intangível	15.b	204.244	213.920	Ajustes de avaliação patrimonial		(17.286)	(27.934)
Ativos intangíveis		356.771	325.235	Prejuízos acumulados		(224.468)	(69.919)
(Amortizações acumuladas)		(152.527)	(111.315)				
TOTAL DO ATIVO		27.052.360	26.105.376	TOTAL DO PASSIVO		27.052.360	26.105.376

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.653.869	3.684.771
Rendas de operações de crédito	8.g	3.164.109	3.179.076
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	1.570	6.090
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	229.211	157.398
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(729.084)	260.467
Resultado de operação de câmbio	9.b	(11.937)	81.740
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.604.673)	(2.229.423)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.065.265)	(1.687.255)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	27.196	(16.878)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(566.604)	(525.290)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.049.196	1.455.348
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.406.140)	(1.545.839)
Receitas de prestação de serviços	23	239.426	225.049
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	(11.239)	13.516
Despesas de pessoal	24	(171.074)	(160.658)
Outras despesas administrativas	25	(975.209)	(946.074)
Despesas tributárias	26	(85.898)	(100.838)
Outras receitas operacionais	27.a	180.368	77.490
Outras despesas operacionais	27.b	(582.514)	(654.324)
RESULTADO OPERACIONAL		(356.944)	(90.491)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(30.448)	(26.055)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		(387.392)	(116.546)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	162.922	46.626
Provisão para imposto de renda		14.404	24.081
Provisão para contribuição social		(2.304)	8.574
Ativo fiscal diferido		150.822	13.971
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		2	1
PREJUÍZO LÍQUIDO		(224.468)	(69.919)

PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$

(Representado por 929.040.163 ações em 30/06/2016 e 30/06/2015)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.661)	-	(3.661)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(69.919)	(69.919)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	3.460.732	195.208	232	2.587	(27.934)	(69.919)	3.560.906
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.576	-	2.576
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(224.468)	(224.468)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	3.460.732	195.208	635	7.084	(17.286)	(224.468)	3.421.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015**
(Em milhares de reais - R\$)

	1º semestre 2016	1º semestre 2015
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO LÍQUIDO	(224.468)	(69.919)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	17.548	15.431
Amortização de ágio	12.163	12.526
Constituição de provisão para contingências	113.400	102.275
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(2.717)	(5.308)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	30.204	30.344
Perda por <i>impairment</i>	3.729	1.108
Equivalência patrimonial	11.239	(13.516)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	566.604	525.290
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(150.822)	(13.971)
Resultado líquido ajustado	376.880	584.260
Variação de Ativos e Passivos:		
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(134.727)	352.941
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(212.849)	873.608
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	681.491	(228.836)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(18.220)	(43.833)
(Aumento) em operações de crédito	(1.414.518)	(1.279.374)
Redução em operações de arrendamento mercantil	4.362	18.302
(Aumento)/Redução em outros créditos	(3.644)	22.374
(Aumento) em outros valores e bens	(91.865)	(64.832)
Aumento em depósitos	1.416.870	214.528
Aumento em captações no mercado aberto	570.910	75.758
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	444.907	432.245
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(667.293)	188.904
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(18.130)	4.756
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(538)	203
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	933.636	1.151.004
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de bens não de uso próprio	29.359	16.563
Aumento de investimentos	(12.359)	(2.676)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.298)	(3.037)
Aplicações no intangível	(10.820)	(12.151)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.882	(1.301)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Redução) de letras financeiras	(224.779)	(348.412)
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	(21.132)
(Redução) de dívidas subordinadas	(223.942)	(64.725)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(451.211)	(17.341)
Variação nas participações minoritárias	(2)	(2)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(899.934)	(451.612)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.584	698.091
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	401.544	307.269
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (Nota 5)	440.128	1.005.360
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.469.003)	(1.572.367)
Juros recebidos	3.042.387	3.383.990
Transferência de ativos não de uso próprio	(29.676)	(21.966)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	4.088	(5.545)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstra-se a composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	4	-	104	-	108	-
Mercado	4	-	179.246.243	45,49	179.246.247	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, referentes ao semestre findo em 30/06/2016, foram aprovadas pela Diretoria em 26/08/2016.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas/Indiretas	Participação total %	
	30/06/2016	30/06/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	100,00	99,99
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Pan Holding S.A.	-	100,00
BMSR II Participações S.A.	-	99,99

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/15 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Outros (5)(6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	11.087.946	2.931	76.906	-	6.695	11.174.478
Realizável a longo prazo	15.048.068	23.105	314.224	-	(115.354)	15.270.043
Permanente	830.393	72	3.022	-	(225.648)	607.839
Total em 30/06/2016	26.966.407	26.108	394.152	-	(334.307)	27.052.360
Total em 30/06/2015	26.170.186	39.285	292.949	773.008	(1.170.052)	26.105.376

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Outros (5)(6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	18.562.309	6.112	15.118	-	10.559	18.594.098
Exigível a longo prazo	4.981.149	7.068	166.314	-	(119.218)	5.035.313
Resultado de exercícios futuros	1.027	-	-	-	-	1.027
Minoritários	17	-	-	-	-	17
Patrimônio líquido	3.421.905	12.928	212.720	-	(225.648)	3.421.905
Total em 30/06/2016	26.966.407	26.108	394.152	-	(334.307)	27.052.360
Total em 30/06/2015	26.170.186	39.285	292.949	773.008	(1.170.052)	26.105.376



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Outros (5)(6)	Eliminações (7)	Total
- Receitas da intermediação financeira	2.694.403	893	(24.285)	-	(17.142)	2.653.869
- Despesas da intermediação financeira	(1.649.438)	-	27.196	-	17.569	(1.604.673)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.044.965	893	2.911	-	427	1.049.196
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.384.281)	(6.396)	(3.798)	-	(427)	(1.394.901)
- Resultado de equivalência patrimonial	(15.403)	-	-	-	4.164	(11.239)
- Resultado não operacional	(30.517)	-	69	-	-	(30.448)
- Provisão para IR e CSLL	160.766	1.858	299	-	-	162.922
- Minoritário	2	-	-	-	-	2
Prejuízo em 30/06/2016	(224.468)	(3.645)	(519)	-	4.164	(224.468)
Prejuízo em 30/06/2015	(90.157)	(748)	(25.093)	(36.072)	82.154	(69.919)

(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) Em 30/09/2015 a empresa BMSR II Participações S.A foi incorporada pela Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representado pela empresa Pan Holding S.A.;

(6) Em 30/09/2015 a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida; e

(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades em moeda nacional	7.133	51.152
Disponibilidades em moeda estrangeira	12.996	15.711
Total de disponibilidades (caixa)	20.129	66.863
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	419.999	938.497
Total	440.128	1.005.360

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	419.999	-	-	-	-	419.999	636.998
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	186.544	-	-	-	186.544	4.076
Subtotal	419.999	186.544	-	-	-	606.543	641.074
Posição Financiada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	299.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	558.186	-	-	-	558.186	132.597
Subtotal	-	558.186	-	-	-	558.186	432.596
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	90.023	-	-	-	90.023	132.092
Subtotal	-	90.023	-	-	-	90.023	132.092
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.154	-	29.204	21.245	51.572	136.175	77.331
Total em 30/06/2016	454.153	834.753	29.204	21.245	51.572	1.390.927	-
Total em 30/06/2015	939.136	295.148	24.165	23.977	667	-	1.283.093

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
- Posição bancada	14.246	10.809
- Posição financiada	60.658	28.916
- Posição vendida	14.668	1.600
Subtotal	89.572	41.325
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	6.559	5.289
Total (Nota 7h)	96.131	46.614

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2016 e em 30/06/2015, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira Própria:	301.313	203.789
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.096	1.757
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	108.383	63.628
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	37.544	80.887
Letras do Tesouro Nacional – LTN	25.742	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	127.223	56.632
Cotas de Fundos de Investimento	-	576
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	325	309
Vinculados a compromisso de recompra:	1.690.813	775.459
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	331.135	428.200
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.183.864	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	152.781	329.742
Certificado de Depósito Bancário – CDB	13.511	17.517
Cotas de Fundos de Renda Fixa	9.522	-
Vinculados à prestação de garantias:	142.640	229.332
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	5.417	229.332
Notas do Tesouro Nacional – NTN	137.223	-
Total de títulos e valores mobiliários	2.134.766	1.208.580
Instrumentos financeiros derivativos:	175.498	675.777
Diferenciais a receber de “swap”	174.273	571.279
Diferenciais a receber de “termo – NDF”	1.225	-
Vendas a Termo a Receber	-	104.498
Total Geral	2.310.264	1.884.357



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos:

	30/06/2016								30/06/2015	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
- Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	-	3.946	-	3.946	3.951	(5)	-	-
- Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	12.451	334.147	21.208	-	367.806	367.769	37	-	-
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	1.433	1.433	1.392	41	26.608	(298)
Total de títulos para negociação	-	12.451	334.147	25.154	1.433	373.185	373.112	73	26.608	(298)
Títulos disponíveis para venda:										
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	367.870	2.280	370.150	370.350	(200)	738.419	(4)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	5.615	9.992	-	-	15.607	15.607	-	19.274	11.373
- Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	9.522	9.522	9.522	-	-	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	28.206	38.810	30.139	11.228	108.383	110.938	(2.555)	63.628	(7.646)
Total de títulos disponíveis para venda	-	33.821	48.802	398.009	23.030	503.662	506.417	(2.755)	821.321	3.723
Títulos mantidos até o vencimento (3):										
- Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	-	841.800	-	-	841.800	841.800	-	-	-
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	163.232	243.793	-	8.769	415.794	415.794	-	359.766	-
- Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	576	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	323	-	-	-	-	-	325	325	309	-
Total de mantidos até o vencimento	323	163.232	1.085.595	-	8.769	1.257.919	1.257.919	-	360.651	-
Total	323	209.504	1.468.544	423.163	33.232	2.134.766	2.137.448	(2.682)	1.208.580	3.425

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em "Títulos mantidos até o vencimento", cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 965 (30/06/2015 – inferior em R\$ 14.197); e
- (3) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2016				30/06/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	9.210.965	175.498	188.565	(13.067)	1.757.511	571.279	540.635	30.644
- Swap	2.848.772	174.273	186.695	(12.422)	1.744.358	571.279	540.635	30.644
- Termo de moeda	6.130	1.225	1.203	22	13.153	-	-	-
- Opções a Exercer	6.356.063	-	667	(667)	-	-	-	-
Posição passiva:	9.208.527	(189.326)	(109.432)	(79.894)	1.757.511	(9.410)	(7.624)	(1.786)
- Swap	2.848.772	(189.326)	(109.148)	(80.178)	1.744.358	(7.429)	(5.449)	(1.980)
- Termo de moeda	6.130	-	-	-	13.153	(1.981)	(2.175)	194
- Opções Lançadas	6.353.625	-	(284)	284	-	-	-	-
Subtotal posição líquida	-	(13.828)	79.133	(92.961)	-	561.869	533.011	28.858
Contratos futuros	-	(2.039)	(2.039)	-	-	1.469	1.469	-
- Posição ativa	6.017.245	2.333	2.333	-	6.968.358	4.584	4.584	-
- Posição passiva	6.017.245	(4.372)	(4.372)	-	6.968.358	(3.116)	(3.116)	-
Total		(15.867)	77.094	(92.961)		563.337	534.480	28.858

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Swap	1.352	611	55.490	53.139	2.738.180	2.848.772	1.744.358
- Dólar x CDI	-	-	55.490	53.139	1.134.918	1.243.547	1.622.654
- CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	36.975
- CDI x Pré	1.352	611	-	-	1.433.477	1.435.440	16.474
- Pré x Dólar	-	-	-	-	27.801	27.801	6.041
- Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	62.214
- Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	6.130	-	-	6.130	13.153
- Pré x Dólar	-	-	6.130	-	-	6.130	13.153
Opções	12.709.688	-	-	-	-	12.709.688	-
- Compra Opç compra	26.063	-	-	-	-	26.063	-
- Compra Opç venda	6.330.000	-	-	-	-	6.330.000	-
- Venda Opç de compra	26.625	-	-	-	-	26.625	-
- Venda Opç de venda	6.327.000	-	-	-	-	6.327.000	-
Contratos futuros	1.424.932	625.048	60.332	612.089	3.294.844	6.017.245	6.968.358
- DDI	56.464	24.013	20.725	28.253	119.296	248.751	648.828
- DI	1.316.309	550.818	39.607	583.836	3.175.548	5.666.118	6.096.669
- Dólar	52.159	50.217	-	-	-	102.376	222.861
Total	14.135.972	625.659	121.952	665.228	6.033.024	21.581.835	8.725.869

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	30/06/2016	30/06/2015
CETIP (balcão)	2.854.902	1.757.511
BM&FBOVESPA (bolsa)	18.726.933	6.968.358
Total	21.581.835	8.725.869

Contrapartes: Em 30/06/2016 estão assim distribuídas: BM&F 86,77%, Instituições Financeiras 13,02%, e outros 0,21%.

f) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	30/06/2016	30/06/2015
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	1.943.240	3.029.512
Swap (Bonds) – Dólar (1)	1.815.295	2.962.569
Futuros DDI BM&F (BID) - Dólar	62.985	-
Swap (BID) - Dólar	64.960	66.943
Posição Passiva	(2.718.940)	-
Swap – Taxa Pré - Reais	(1.084.894)	-
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré - Reais	(1.634.046)	-
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	2.380.731	-
Operações de Crédito (2)	2.380.731	-
Posição Passiva	(1.691.303)	(2.709.510)
Dívidas Subordinadas no Exterior (Bonds) (3)	(1.565.693)	(2.647.383)
Empréstimos no Exterior (BID)	(125.610)	(62.127)

- (1) Em 23/06/2016 houve uma liquidação antecipada dos (Bonds), correspondente a 8,64% da dívida, no montante de US\$ 43.208, consequentemente foi realizada a baixa proporcional do instrumento derivativo que foi designado como hedge contábil; e
 (2) Neste objeto de hedge inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	Receita	Despesa	Líquido
Swap	514.755	(1.064.217)	(549.462)
Termo de moeda	2.851	(174)	2.677
Opções	418	(1.004)	(586)
Futuro	837.977	(1.019.690)	(181.713)
Total em 30/06/2016	1.356.001	(2.085.085)	(729.084)
Total em 30/06/2015	1.542.724	(1.282.257)	260.467

h) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2016	30/06/2015
Títulos de renda fixa	133.081	110.784
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	96.131	46.614
Total	229.211	157.398

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.121.864	28,60	6.308.529	34,76
Empréstimo em consignação (1)	6.435.945	35,94	4.702.665	25,91
Capital de giro	1.569.069	8,76	2.275.119	12,54
Financiamentos à exportação	566.093	3,16	909.827	5,01
Financiamentos habitacionais	600.400	3,35	709.689	3,91
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	1.129.970	6,31	655.608	3,61
Empréstimos com garantia imobiliária	778.206	4,35	627.477	3,46
Créditos vinculados à cessão (3)	298.017	1,66	497.674	2,74
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	166.309	0,93	185.300	1,02
Crédito pessoal (1)	33.929	0,19	61.506	0,34
Renegociações	83.140	0,46	49.706	0,27
Operações de arrendamento mercantil (4)	4.285	0,02	20.553	0,11
Conta garantida	215.849	1,21	50.251	0,28
Outros	16	-	58	-
Total das operações de crédito	17.003.092	94,95	17.053.962	93,96
Outros créditos (5)	821.930	4,59	779.892	4,30
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (6)	82.084	0,46	315.073	1,74
Total	17.907.106	100,00	18.148.927	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	160.748	-	-	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	18.067.854	-	-	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2016	Total em 30/06/2015
Parcelas Vincendas	-	796.103	399.921	500.259	257.282	137.281	84.022	74.368	271.330	2.520.566	2.600.191
01 a 30	-	29.337	16.553	24.645	12.405	5.815	3.844	3.549	13.257	109.405	111.157
31 a 60	-	25.386	13.379	20.112	10.752	5.137	3.376	2.772	11.711	92.625	93.834
61 a 90	-	23.346	12.898	16.564	17.176	5.635	3.389	2.765	11.764	93.537	86.946
91 a 180	-	71.741	38.429	56.680	30.351	16.057	9.895	9.711	33.935	266.799	293.653
181 a 365	-	131.096	69.656	107.236	54.283	28.158	17.290	14.605	59.549	481.873	492.233
Acima de 365	-	515.197	249.006	275.022	132.315	76.479	46.228	40.966	141.114	1.476.327	1.522.368
Parcelas Vencidas	-	59.158	53.055	162.668	183.804	100.397	63.185	52.717	378.319	1.053.303	746.510
01 a 14	-	53.372	4.609	17.740	16.031	2.115	1.591	1.252	5.392	102.102	108.922
15 a 30	-	5.786	43.937	48.750	23.246	3.268	9.918	2.283	6.825	144.013	117.539
31 a 60	-	-	4.509	91.389	64.148	25.712	3.627	3.031	13.044	205.460	118.566
61 a 90	-	-	-	3.426	43.588	8.117	7.129	3.115	16.941	82.316	72.472
91 a 180	-	-	-	1.363	13.780	52.942	32.065	31.509	71.898	203.557	161.810
181 a 365	-	-	-	-	23.011	8.243	8.855	11.527	264.219	315.855	163.465
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.736
Subtotal	-	855.261	452.976	662.927	441.086	237.678	147.207	127.085	649.649	3.573.869	3.346.701
Provisão Requerida	-	4.277	4.530	19.888	44.109	71.303	73.604	88.960	649.649	956.320	761.673

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2016	Total em 30/06/2015
Parcelas Vincendas	-	12.038.344	1.203.202	498.300	393.055	81.445	39.884	44.979	34.028	14.333.237	14.802.226
01 a 30	-	1.408.021	115.331	17.965	13.220	53.705	533	314	11.127	1.620.216	1.371.711
31 a 60	-	438.072	105.726	59.615	49.874	4.100	196	135	4.428	662.146	518.717
61 a 90	-	369.388	67.733	62.334	35.646	5.255	178	107	621	541.262	544.954
91 a 180	-	1.044.141	190.782	127.424	92.779	3.633	26.496	7.295	1.325	1.493.875	1.594.026
181 a 365	-	1.763.249	238.355	78.302	63.398	4.758	9.512	29.926	1.502	2.189.002	2.725.529
Acima de 365	-	7.015.473	485.275	152.660	138.138	9.994	2.969	7.202	15.025	7.826.736	8.047.289
Subtotal	-	12.038.344	1.203.202	498.300	393.055	81.445	39.884	44.979	34.028	14.333.237	14.802.226
Provisão Requerida	-	60.191	12.032	14.949	39.305	24.434	19.941	31.486	34.028	236.366	191.696
Total (1)	-	12.893.605	1.656.178	1.161.227	834.141	319.123	187.091	172.064	683.677	17.907.106	18.148.927
Total Provisão	-	64.468	16.562	34.837	83.414	95.737	93.545	120.446	683.677	1.192.686	953.369

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 160.748 (Nota 8a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo do início do semestre	1.070.436	959.818
- Constituição/reversão de provisão	566.604	525.290
- Baixas contra a provisão	(425.146)	(477.410)
Saldo do fim do semestre	1.211.894	1.007.698
- Créditos recuperados (2)	118.714	142.393
- Efeito no resultado (3)	(447.890)	(382.897)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; e (iii) PDD de créditos cedidos com coobrigação anteriores à Resolução CMN nº 3.533/08;

(2) No semestre findo em 30/06/2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 118.714 (sendo R\$ 101.381 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 1.992 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 15.341 de recuperação de créditos imobiliários); e

(3) Despesa de provisão constituída deduzido a receita de créditos recuperados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	14.399.490	80,41	13.531.454	74,56
Agroindústria	503.900	2,81	882.979	4,87
Açúcar e Etanol	167.133	0,93	309.681	1,71
Agronegócio e Proteína Animal	336.767	1,88	573.298	3,16
Comércio	531.026	2,97	788.140	4,34
Atacado e Varejo	531.026	2,97	788.140	4,34
Indústrias de Base	284.556	1,59	437.894	2,41
Autopeças	8.625	0,05	12.928	0,07
Indústria Química	27.134	0,15	79.214	0,44
Outras Indústrias	177.800	0,99	259.184	1,43
Papel e Celulose	60.178	0,34	69.549	0,38
Têxtil	10.819	0,06	17.019	0,09
Serviços	2.188.134	12,22	2.508.461	13,82
Construção e Incorporação	1.443.817	8,06	1.609.940	8,87
Financeiros	97.953	0,55	54.110	0,30
Locação de Veículos	26.207	0,15	25.805	0,14
Mídia, TI e Telecom	3.205	0,02	31.574	0,17
Outros Serviços	450.137	2,51	593.316	3,27
Saúde, Segurança e Educação	12.205	0,07	5.504	0,03
Transporte e Logística	135.331	0,76	170.857	0,94
Utilitários	19.279	0,11	17.355	0,10
Total (1)	17.907.106	100,00	18.148.927	100,00

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 160.748 (Nota 8a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Concentração das operações de crédito:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	427.868	2,39	486.360	2,68
50 seguintes maiores devedores	1.015.917	5,67	1.253.539	6,91
100 seguintes maiores devedores	1.029.005	5,75	1.354.727	7,46
Demais devedores	15.434.316	86,19	15.054.301	82,95
Total	17.907.106	100,00	18.148.927	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

No semestre findo em 30/06/2016 e 30/06/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	2.718.904	2.496.828	222.076	3.290.131	2.955.557	334.574
Empréstimo em consignação	2.345.813	1.820.502	525.311	2.652.177	2.096.888	555.289
Financiamentos habitacionais	6.149	5.916	233	133.094	127.163	5.931
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	1.539	1.495	44
Total	5.070.866	4.323.246	747.620	6.076.941	5.181.103	895.838

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 298.017 (R\$ 497.674 em 30/06/2015), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 345.771 (R\$ 596.713 em 30/06/2015).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2016	30/06/2015
Lucros nas cessões de crédito (Nota 8f)	747.620	895.838
Crédito direto ao consumidor (1)	740.434	743.915
Empréstimos em consignação (1)	807.166	569.071
Cartão de crédito	263.689	197.322
Financiamento à exportação	167.890	311.721
Capital de giro	164.788	182.280
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	118.714	142.393
Crédito pessoal (1)	11.037	14.855
Renegociações	6.715	2.881
Habitacionais	40.212	47.670
Rendas de empreendimentos imobiliários	10.047	14.633
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	71.682	56.743
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	353	2.335
Outras	15.332	3.509
Total	3.165.679	3.185.166

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

(2) Considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	69.533	349.469
Rendas a receber	6.668	9.739
Total do Ativo	76.201	359.208
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	75.417	305.334
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(75.417)	(305.334)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de Financiamento à Exportação	113.322	339.377
Variação Cambial	(125.259)	(257.637)
Total	(11.937)	81.740

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2016	30/06/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	5.678	6.742
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	41.463	83.273
Total				47.141	90.015

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30/06/2016	30/06/2015
Créditos tributários (Nota 32b)	3.181.269	2.853.518
Títulos e créditos a receber (1)	821.930	779.892
Impostos e contribuições a compensar	227.359	235.900
Valores a receber por cessão de créditos	1.181.199	699.243
Depósitos judiciais e fiscais	247.628	224.355
Valores a receber de sociedades ligadas	34.783	27.558
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	56.361	24.569
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	18.628	8.121
Benefício residual em operações securitizadas (3)	4.446	8.344
Adiantamentos e antecipações salariais	567	366
Outros	85.503	76.263
Total	5.859.673	4.938.129

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(2) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2016 é R\$ 15.581 (R\$ 16.007 em 30/06/2015); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual			
	Custo	Provisão para perdas	30/06/2016	30/06/2015
Veículos	43.193	(15.387)	27.806	34.771
Veículos em regime especial	26.785	(19.044)	7.741	5.175
Imóveis	278.505	(17.557)	260.948	142.604
Imóveis em regime especial	3.916	-	3.916	-
Total dos bens não de uso próprio	352.399	(51.988)	300.411	182.550
Outros bens	1.863	-	1.863	206
Total de outros valores e bens	354.262	(51.988)	302.274	182.756

b) Despesas antecipadas:

	30/06/2016	30/06/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	389.948	530.805
Gastos na emissão de títulos no Exterior	5.692	7.296
Outras	20.041	10.131
Total	415.681	548.232



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1) Período findo em	
			ON	PN	Cotas		30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)	22.061	12.955	-	-	22.061	99,99	(20.232)	12.955	34.403	(20.232)	516
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (1)(2)	107.662	149.772	239	478	-	100,00	6.614	149.772	140.412	6.614	4.661
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (1)(2)	179.864	196.996	-	-	179.264	99,99	2.379	196.995	182.142	2.379	8.339
Total								359.722	356.957	(11.239)	13.516

(1) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2016 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN; e

(2) Empresas controladas diretamente pelo Banco a partir de 30/09/2015, anteriormente estas empresas eram controladas diretas da Pan Holding S.A.. O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização para BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. no montante de R\$ 3.825 (aprovado pelo BACEN em 02/08/2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	30/06/2016	30/06/2015
Stone Pagamentos S.A. (1)	15.452	3.092
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	15.831	3.471

(1) Em 27/06/2016 o Banco PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360.

14) IMOBILIZADO

a) Ativos imobilizados:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2016	30/06/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	27.208	(11.853)	15.355	18.915
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.399	(441)	958	1.037
Sistemas de processamento de dados	20%	23.859	(12.306)	11.553	11.610
Sistemas de transportes	20%	350	(174)	176	246
Total em 30/06/2016		52.816	(24.774)	28.042	-
Total em 30/06/2015		50.134	(18.326)	-	31.808

b) Movimentação dos ativos imobilizados:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	17.345	1.032	12.329	211	30.917
Aquisições	72	-	1.406	-	1.478
Baixas	(169)	(4)	(7)	-	(180)
Depreciação	(1.893)	(70)	(2.175)	(35)	(4.173)
Saldo em 30/06/2016	15.355	958	11.553	176	28.042

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou R\$ 243.268, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras no intangível.

No semestre encerrado em 30/06/2016, foram amortizados ágios no montante de R\$ 12.163.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2016	30/06/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	113.481	(57.226)	56.255	36.458
Ágio (Nota 15a)	10%	243.268	(95.280)	147.988	177.460
Outros	10%	22	(21)	1	2
Total em 30/06/2016		356.771	(152.527)	204.244	-
Total em 30/06/2015		325.235	(111.315)	-	213.920

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 15a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2015	58.810	160.151	1	218.962
Adições	11.253	-	-	11.253
Baixas	(433)	-	-	(433)
Amortização do semestre	(13.375)	(12.163)	-	(25.538)
Saldo em 30/06/2016	56.255	147.988	1	204.244

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos à vista (1)	46.349	-	-	-	-	46.349	179.453
Depósitos interfinanceiros	11.593.536	3.313	4.612	7.720	32.543	11.641.724	8.426.082
Depósitos a prazo	15.172	14.460	23.739	228.347	1.620.423	1.902.141	3.156.747
Total em 30/06/2016	11.655.057	17.773	28.351	236.067	1.652.966	13.590.214	-
Total em 30/06/2015	8.722.500	261.893	440.124	389.858	1.947.907	-	11.762.282

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Carteira Própria	1.493.031	-	-	-	92.337	1.585.368	694.656
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.179.401	-	-	-	-	1.179.401	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	166.192	-	-	-	92.337	258.529	379.563
Notas do Tesouro Nacional – NTN	147.438	-	-	-	-	147.438	315.093
Carteira de Terceiros	535.967	-	-	-	-	535.967	426.075
Notas do Tesouro Nacional – NTN	535.967	-	-	-	-	535.967	426.075
Carteira Livre Movimentação	-	87.293	-	-	-	87.293	131.067
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	87.293	-	-	-	87.293	131.067
Total em 30/06/2016	2.028.998	87.293	-	-	92.337	2.208.628	-
Total em 30/06/2015	-	266.153	-	-	985.645	-	1.251.798

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	144	142	209	417	7.261	8.173	9.286
Letras Financeiras – LF	111.354	26.157	257.214	485.282	503.316	1.383.323	1.791.359
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	45.785	148.679	20.654	72.340	123.424	410.882	877.441
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	184.837	552.966	448.567	365.409	418.903	1.970.682	1.619.251
Subtotal	342.120	727.944	726.644	923.448	1.052.904	3.773.060	4.297.337
Títulos e Valores Mobiliários – Exterior							
Euro Medium-Term Notes	-	-	-	-	-	-	916.074
Subtotal	-	-	-	-	-	-	916.074
Total em 30/06/2016	342.120	727.944	726.644	923.448	1.052.904	3.773.060	-
Total em 30/06/2015	263.908	1.419.975	668.733	1.151.886	1.708.909	-	5.213.411

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	30/06/2016	30/06/2015
Depósitos Interfinanceiros	745.715	481.289
Depósitos a Prazo	187.054	235.356
Letras Financeiras	116.475	144.521
Variação Cambial	(339.357)	352.049
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	68.937	105.041
Letras de Crédito Imobiliário	109.812	90.173
Operações Compromissadas	168.397	90.751
Letras de Crédito do Agronegócio	37.024	54.091
Captações no Exterior – Dívida Subordinada e TVM no Exterior	(57.153)	92.163
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	3.300	4.307
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	25.061	37.514
Total	1.065.265	1.687.255

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 30/06/2016 montavam a R\$ 109.343 (R\$ 87.512 em 30/06/2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	30/06/2015
No País (1)(2)	-	-	-	-	-	-	101.930
No Exterior	-	385	-	-	125.224	125.609	62.127
Total em 30/06/2016	-	385	-	-	125.224	125.609	-
Total em 30/06/2015	-	2.005	-	100.000	62.052	-	164.057

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (nota 7f).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	30/06/2016	30/06/2015
No País (1)	-	(7.304)
No Exterior (2)(3)	27.196	(9.574)
Total	27.196	(16.878)

(1) CCB (cédula de crédito bancário) liquidado em 04/12/2015 junto ao Credit Suisse;

(2) Em 30/06/2015 foi reclassificado o montante de R\$ (1.791) para Outras despesas operacionais; e

(3) O montante de variação cambial totalizou em 30/06/2016 uma receita de R\$ 27.949 (R\$ 10.819 em 30/06/2015).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/06/2016	30/06/2015
No Exterior (1,2):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.565.693	1.731.309
No País:						
2018 (3)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano	15.981	13.821
2019 (4)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	149.509	129.853
2019 (5)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	633	547
Total					1.731.816	1.875.530

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 57.153 no semestre findo em 30/06/2016 (despesa de R\$ 81.069 no semestre findo em 30/06/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Notas 3e e 7c);

(2) Em 23/06/2016 foi realizado liquidação antecipada dos (*Bonds*) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I– Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2016	30/06/2015
Processos cíveis	178.983	195.307
Processos trabalhistas	109.876	115.914
Processos tributários	15.346	23.684
Total (1)	304.205	334.905

(1) Nota 21b.

II– Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.323	108.980	17.315	279.618
Baixas	(51.303)	(37.503)	(7)	(88.813)
Constituições líquidas de reversões	76.963	38.399	(1.962)	113.400
Saldo em 30/06/2016	178.983	109.876	15.346	304.205

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III– Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 4º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa.

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2016	30/06/2015
COFINS a recolher	12.547	15.835
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.655	8.760
Impostos e contribuições sobre salários	6.422	6.512
PIS a recolher	2.048	2.579
ISS a recolher	1.781	1.985
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	561	746
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	775	12.471
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	88.742	88.198
Outros	20	21
Total	119.551	137.107

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Diversas:

	30/06/2016	30/06/2015
Operações com cartão de crédito	590.904	593.385
Cessão com retenção de riscos (1)	345.771	596.713
Provisão para pagamentos a efetuar	314.975	139.675
Provisão para passivos contingentes (Nota 20b)	304.205	334.905
Arrecadação de cobrança	74.552	52.175
Valores a pagar a sociedades ligadas	30.628	48.142
Valores a pagar a correspondentes bancários	6.065	18.407
Valores específicos de consórcio	5.332	9.240
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8c)	368	5.372
Outros	44.946	33.407
Total	1.717.746	1.831.421

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 30/06/2016 e 30/06/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de cartões	98.058	87.439
Operações de crédito	91.516	101.005
Rendas de comissão / intermediação	24.176	23.265
Administração de consórcios	14.788	8.235
Rendas de serviços de cobrança	709	663
Outras	10.179	4.442
Total	239.426	225.049

24) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2016	30/06/2015
Proventos	102.505	98.974
Encargos Sociais	35.251	27.146
Benefícios	18.659	16.432
Honorários	13.539	16.553
Outros	1.120	1.553
Total	171.074	160.658

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2016	30/06/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	594.441	603.003
Serviços de terceiros	111.146	98.448
Serviços do sistema financeiro	71.036	65.977
Processamento de dados	65.871	48.837
Comunicações	23.092	18.454
Aluguéis	19.309	18.300
Depreciação e amortização	17.548	15.431
Despesas com busca e apreensão de bens	13.472	10.841
Propaganda, promoções e publicidade	5.953	19.688
Viagens	2.485	3.244
Transporte	1.878	2.093
Manutenção e conservação de bens	1.194	1.251
Taxas e emolumentos	909	893
Materiais de consumo	244	272
Outras	46.631	39.342
Total	975.209	946.074

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2016	30/06/2015
Contribuição à COFINS	59.329	71.901
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	10.786	10.806
Contribuição ao PIS	9.702	11.718
Impostos e taxas	6.081	6.413
Total	85.898	100.838

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	30/06/2016	30/06/2015
Variação monetária ativa / cambial	116.841	26.399
Recuperação de encargos e despesas	35.364	27.145
Reversão de provisões	10.187	7.907
Benefício residual em operações securitizadas	507	3.791
Outras	17.469	12.248
Total	180.368	77.490

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2016	30/06/2015
Cessão de operações de crédito	192.826	237.455
Variação monetária passiva / cambial	158.480	188.372
Constituição de provisões	123.425	138.542
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	30.278	26.628
Descontos concedidos	16.106	15.568
Gravames	12.244	13.343
Amortização de ágio	12.163	12.526
Outras	36.992	21.890
Total	582.514	654.324

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado na alienação de outros valores e bens	(30.204)	(30.344)
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	(3.729)	(1.108)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	2.717	5.308
Outros	768	89
Total	(30.448)	(26.055)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Banco BTG Pactual S.A.		-	4	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.070	5.137	-	-
Total		1.070	5.141	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	196.999	1.180	11.430
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	319.999	701.674	1.729	2.494
Total		319.999	898.673	2.909	13.924
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	-	1.181.199	698.591	-	-
Total		1.181.199	698.591	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	28.223	21.434	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	4.896	3.956	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	14	15	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	298	531	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	10	42	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (d)	Sem prazo	3.732	-	-	-
Total		37.173	25.978	-	-
Depósitos à vista (e)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(333)	(769)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(208)	(6)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	(12)	(4)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(7)	(62)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(3)	(5)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(116)	(3)	-	-
Total		(679)	(849)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2016	(450.000)	(2.615.000)	(32.897)	(104.548)
Caixa Econômica Federal	27/07/2016	(11.105.780)	(5.663.547)	(706.357)	(361.930)
Total		(11.555.780)	(8.278.547)	(739.254)	(466.478)
Depósitos a prazo (g)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	29/05/2019	(21.827)	(13.604)	(1.211)	(1.078)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	23/05/2019	(18.129)	(16.331)	(1.709)	(1.273)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	12/06/2019	(64.539)	(47.701)	(3.693)	(3.200)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	05/06/2019	(4.991)	(12)	(395)	(172)
Total		(109.486)	(77.648)	(7.008)	(5.723)
Obrigações por operações compromissadas					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2016	(470.999)	(99.999)	(46.270)	(1.477)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(428)	(297)
Total		(470.999)	(99.999)	(46.698)	(1.774)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	23/02/2018	(201.192)	(565.968)	(18.033)	(31.567)
Pessoal chave da administração	14/05/2022	(100.646)	(31.686)	(2.173)	(1.566)
Total		(301.838)	(597.654)	(20.206)	(33.133)
Instrumentos financeiros derivativos (i)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	56.080	210.994	(238.649)	90.100
Total		56.080	210.994	(238.649)	90.100
Outras obrigações					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	(21)	-	-
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	Sem prazo	-	(18)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(13.675)	(14.578)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Sem prazo	(15.974)	(23.129)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	-	-	(28)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(57)	-	-	-
Total		(29.706)	(37.774)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	24.176	19.164
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	-	-	-	-	1.381
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	-	-	-	-	(199)
Total		-	-	24.176	20.346
Despesa de pessoal (k)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(107)	(139)
Total		-	-	(107)	(139)
Outras despesas administrativas					
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	-	-	(103.173)	(125.870)
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(1.691)	(916)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(143)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(27)	(53)
Tecban S.A.	-	-	-	(673)	(436)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(3.075)	(4.831)
Total		-	-	(108.782)	(132.106)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	747.620	895.838
Total		-	-	747.620	895.838

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Pan Holding S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Dividendos a receber no montante de R\$ 2.389 da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;

(i) Referem-se às operações de Swap;

(j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios; e

(k) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 30.000 (R\$ 35.000 em 2015) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2016 é de R\$ 60.000 (R\$ 70.000 em 2015).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas de honorários	13.539	16.553
Contribuição ao INSS	3.046	3.725
Total	16.585	20.278

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de referência nível I	1.982.149	2.376.249
Capital Principal	1.982.149	2.376.249
Patrimônio de referência nível II	776.581	914.152
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.758.730	3.290.401
Patrimônio de referência	2.758.730	3.290.401
- Risco de crédito	18.001.228	18.538.301
- Risco de mercado	583.806	727.525
- Risco operacional	1.174.270	705.033
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.759.304	19.970.859
Índice de Basileia	13,96%	16,48%
Nível I	10,03%	11,90%
Nível II	3,93%	4,58%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(1.913)	(595.071)	(1.179.515)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(211)	(55.082)	(102.818)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(544)	(81.120)	(152.443)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(623)	(15.565)	(31.131)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(10)	(1.140)	(2.253)
Total em 30/06/2016		(3.301)	(747.978)	(1.468.160)
Total em 30/06/2015		(2.029)	(571.226)	(1.132.091)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2016, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras.

Ativos – Dólar	30/06/2016	30/06/2015
Operações de crédito (ACC/CCE)	189.825	775.597
Outros recebíveis	19.256	26.896
Total	209.081	802.493

Passivos – Dólar	30/06/2016	30/06/2015
Dívida subordinada	1.566.327	1.731.309
Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	-	916.074
Obrigações por empréstimos no Exterior	125.609	62.127
Total	1.691.936	2.709.510



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2016 e 30/06/2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.385.530	1.622.654	1.947.428	2.983.134
DDI	62.985	52.872	62.985	52.872
DOL	60.184	15.681	60.184	15.681
Total	1.508.699	1.691.207	2.070.597	3.051.687
Posição Vendida - Dólar				
Swap	107.571	43.016	80.450	48.652
DDI	185.764	595.955	185.764	595.955
DOL	58.242	238.541	58.242	238.541
NDF	6.130	13.153	5.187	16.026
Total	357.707	890.665	329.643	899.175

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	30/06/2016			30/06/2015		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.134.766	2.133.801	(965)	1.208.580	1.194.383	(14.197)
- Ajuste de títulos para negociação	373.185	373.185	-	26.608	26.608	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	503.662	503.662	-	821.321	821.321	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	1.257.919	1.256.954	(965)	360.651	346.454	(14.197)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	17.907.106	20.511.473	2.604.367	18.148.927	19.606.708	1.457.782
Depósitos a prazo	1.902.141	2.955.990	(1.053.849)	3.156.747	4.195.798	(1.039.051)
Depósitos interfinanceiros	11.641.724	11.651.888	(10.164)	8.426.082	8.428.567	(2.485)
Recursos de emissão de títulos	3.773.060	3.779.551	(6.491)	5.213.411	5.169.550	43.861
Obrigações por empréstimos	125.609	125.609	-	164.057	67.221	96.836
Dívidas subordinadas	1.731.816	1.729.419	2.397	1.875.530	1.871.657	3.873
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.535.295			546.619

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No semestre findo em 30/06/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 230.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2016 a R\$ 18.169 (R\$ 16.095 no semestre findo em 30/06/2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(387.392)	(116.546)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	165.610	47.492
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	(3.838)	4.595
Outros valores	1.150	(5.461)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do semestre	162.922	46.626

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.190.493	247.664	(107.751)	1.330.842
Provisão para contingências cíveis	68.610	34.976	(23.475)	80.112
Provisão para contingências trabalhistas	48.234	21.586	(20.669)	49.151
Provisão para contingências tributárias	7.054	693	(1.617)	6.130
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	15.938	6.431	(3.689)	22.188
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	57.058	184.313	(214.976)	26.395
Outras provisões	153.051	67.151	(28.087)	188.169
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.540.438	562.814	(400.264)	1.702.987
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.474.581	10.373	(6.673)	1.478.282
Total dos créditos tributários	3.015.019	573.187	(406.937)	3.181.269
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33e)	(91.246)	(8.101)	10.605	(88.742)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.923.773	565.086	(396.332)	3.092.527

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/08/2016.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
2015	-	478.062	-	1.025	-	479.087
2016	330.708	352.095	5.700	45.004	336.408	397.099
2017	740.850	282.424	26.343	33.488	767.193	315.912
2018	481.345	177.070	54.883	155.073	536.228	332.143
2019	62.719	84.303	116.037	169.702	178.756	254.005
2020	25.843	23.195	183.177	247.711	209.020	270.906
2021	17.738	1.142	200.349	343.272	218.087	344.414
2022	13.087	-	226.380	339.098	239.467	339.098
2023	9.921	-	262.570	10.871	272.491	10.871
2024	9.296	-	292.534	13.766	301.830	13.766
2025	11.480	-	24.781	-	36.261	-
2026	-	-	5.582	-	5.582	-
Total	1.702.987	1.398.291	1.398.336	1.359.010	3.101.323	2.757.301

Em 30/06/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação e de R\$ 1.874.740 (R\$ 1.620.126 em 31/12/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 79.946 (R\$ 96.217 em 30/06/2015), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2016, há prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (30/06/2015 – R\$ 1.130.522), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 (30/06/2015 – R\$ 452.206) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(7.615)	(8.101)	8.416	(7.300)
Superveniência de depreciação	(83.631)	-	2.189	(81.442)
Total	(91.246)	(8.101)	10.605	(88.742)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 273.058 em 30/06/2016 (R\$ 54.726 em 30/06/2015);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 30/06/2016 e 30/06/2015, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;

- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor; e
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96).

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 29 de agosto de 2016

A Diretoria

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

Banco Pan S.A. e suas controladas - Conglomerado Prudencial

**Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2016**

Relatório dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgam:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 32, existem em 30 de junho de 2016 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 3,2 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e

aprovada pelo Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

O Banco Pan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, em 01 de agosto de 2016.

São Paulo, 25 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2